

VERA LÚCIA ARMSTRONG OLIVEIRA

A FAMÍLIA NA CONCEPÇÃO DO MENINO DE RUA

CURITIBA

2000

A FAMÍLIA NA CONCEPÇÃO DO MENINO DE RUA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização para educadores que atuam com crianças em situação de risco e programas sócio-preventivos da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Marília Gomes de Carvalho

CURITIBA

2000

RESUMO

Este trabalho propõe investigar a concepção de família trazida pelo menino de rua, averiguar como ele se afastou de sua família, como vê e relaciona-se com ela na atualidade e se ainda busca identificar-se a sua própria história familiar. A partir de relatos de sua mãe sobre sua própria história, objetivamos que reelabore uma nova concepção de família ou mesmo sinta-se sujeito em consequência de laços familiares construídos historicamente e que podem refletir-se na família presente que vivencia.

SUMÁRIO

RESUMO	ii
INTRODUÇÃO	1
1 TEMA	3
2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	4
3 JUSTIFICATIVA	7
4 OBJETIVOS	9
4.1 GERAL	9
4.2 ESPECÍFICOS	9
5 REFERENCIAL TEÓRICO	10
6 METODOLOGIA	15
6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	18
7 RELATOS DAS ENTREVISTAS	21
7.1 FAMÍLIA 1 (EP)	21
7.2 FAMÍLIA 2 (MF).....	26
7.3 FAMÍLIA 3 (JSS).....	31
7.4 FAMÍLIA 4 (AMSC).....	37
8 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	42
8.1 AS MÃES DOS MENINOS	42
8.2 COM OS MENINOS EP, MF, JSS E AMSC	48

CONSIDERAÇÕES FINAIS 53

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 55

INTRODUÇÃO

Ao pesquisarmos a concepção de família trazida pelo menino de rua, buscamos dissolver a sua aparência de naturalidade que é reproduzida em várias áreas de conhecimento e nos reportamos à visão antropológica da família, vista enquanto construção histórica e culturalmente embasada. Levando em conta o relato de sua mãe sobre sua própria família espera-se que ele possa posteriormente refletir sobre o que ouve e correlacione com os valores que recebe (ou recebeu), os vínculos que mantém e como localiza-se ou não, no seu pertencimento a esta família.

A investigação da concepção de família parte das indagações frente à sua família, contextualizando-a em vivências concretas, verbalizadas a partir do referencial de quem as viveu e tem relação direta com o “nosso” menino. A disposição dos fatos segue a ordem de acontecimentos: a infância, a adolescência, como foi a saída do menino para a rua (afastamento) e a percepção da genitora sobre a permanência do filho na rua.

O menino será então indagado a partir de si e sua história familiar. Quantas pessoas compõe sua família (se se percebe como membro?) o que ele julga ser uma família, os valores que recebe e pensa ser importantes, como ele reagiu ao relato da mãe a verbalização de como estão na atualidade, poderá possibilitar-lhe reflexão frente ao que percebeu, sentiu e o faz estar próximo da família (mesmo não vivendo diretamente junto aos seus).

Ouvir, pensar, posicionar-se e, quem sabe, refletir sobre sua família, poderão auxiliá-lo a ampliar (ou mesmo vislumbrar) sua visão (concepção) de mundo, tendo

na sua concretude familiar, as vivências, os avanços frente às dificuldades sentidas para tentar superar (ou não) as imposições decorrentes de um sistema capitalista excludente.

A história de vida poderá possibilitar ao menino localizar-se dentro dos traços culturais que foram adequando-se à estratégia da sobrevivência familiar. O menino de rua vive o presente, o imediatismo, mas sabe que teve um passado e que seus pais tiveram um passado, que seus avôs tiveram uma história, nem sempre lembrada, mas que tem conseqüências no presente. Falta-lhe correlacionar o passado com o presente e ele só o fará, se tiver oportunidade de conhecer e orgulhar-se de sua trajetória. Através de estudos antropológicos pode-se ajudá-lo a valorizar sua história.

Sabemos que há toda uma ideologia para garantir que a família seja vista como natural, e acreditamos que desnaturalizando a “aparência” e aceitando que a família passa por transformações, na medida em que uma mãe e seus filhos formam uma família, ou uma avó e netos são também família, ou seja, na medida que aceitamos as adequações e os arranjos decorrentes, afastamos-nos da debilidade que é julgar a família a partir da concepção que é imposta pela classe dominante como correta (e em alguns casos, ultrapassada) objetivando um ponto de vista etnocêntrico.

1 TEMA

A família na concepção do menino de rua.

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

A lei 8.069 de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, responsabiliza a família pelo provimento material, social e afetivo de seus filhos de 0 a 18 anos. Porém na prática não vem efetivando-se o cumprimento desta lei, principalmente no que concerne a direitos sócio-materiais, nos setores pauperizados da sociedade.

As práticas sociais que são desenvolvidas por órgãos públicos que visem resguardar a família, para que mantenha seus próprios filhos, não são suficientes. A Secretaria Municipal da Criança e o Conselho Tutelar de Curitiba tentam responsabilizar aos pais e à própria sociedade para que resgatem seus filhos da rua. Quando a família não consegue manter os filhos em casa e nem as crianças e adolescentes o aceitam tenta-se o abrigo em unidades oficiais ou conveniadas. Porém o menino de rua que já adquiriu hábitos na rua, como usar inalantes, pedir e/ou mesmo cometer furtos, sente-se limitado no espaço institucional e evade-se, buscando o que afirma ter na rua: liberdade, recaindo na situação de risco social e pessoal.

Em seu discurso não culpabiliza sua família pelo fato de estar na rua, verbalizando que trazia problema aos pais, ou mesmo introjetando que ele próprio é o problema familiar. A opção que lhe parece mais adequada é afastar-se e buscar a liberdade que relata ter na rua.

Ao referir-se aos pais, avós, tias, irmãos e irmãs são destacados aspectos positivos e mesmo em situações que ficam patentes “conflitos”, que ele tenha sido vítima (agressão, negligência e outras), justifica a ação familiar e ameniza a gravidade

do problema. Quando é agredido pelo padrasto, não se sente agredido por um parente, pois é como um agregado que o descreve, ou mesmo o amigo, o tio da mãe. Já as madrastas são melhor aceitas e em alguns casos, o menino de rua, a internaliza como mãe. É só depois de algum tempo que se percebe tratar-se da mãe não biológica. (sic) “aquela que não é minha mãe de verdade, mas é como se fosse”. Alguns meninos afirmam gostar do padrasto/tio mas não reportam-se a estes como “pai”, nem mesmo denotam alguma referência familiar. Existe um pseudo-respeito velado (introjetado) quando o padrasto contribui ou mantém a casa, o que não implica em ser aceito como pertencente à família do menino de rua. Ele só aceita ordens da mãe ou de quem o crie (tio, avó, avô e outras).

O fato de existir a lei 8.069 ECA, não consensualiza à família desassistida sua responsabilidade. Esta até pode ter ciência das implicações legais a que está sujeita, caso haja descumprimento, mas a lei por si só, não garante a eficácia jurídica entre pais e filhos.

Culturalmente, não há rejeições por parte do menino de rua à sua família, mesmo tendo alguma mudança na estrutura familiar (óbito dos genitores, separação). A visão do menino é quanto à sua inadequação à própria família. Por quê então, a referência de que tem a partir de uma referência que ainda mantêm-se positiva, mesmo que o tenha sido abandonado ou rejeitado?

Mesmo na rua e com afastamento familiar de 1 a 2 anos de sua família, ainda assim busca estar informado sobre seus parentes e manda-lhes mensagens de como está e quando pode, dá um jeito de vê-los (às vezes a distância).

A maioria dos meninos de rua de Curitiba, provém de proles numerosas, com um nível sócio-econômico precário, com baixa ou nenhuma escolaridade e algumas famílias são advindas do meio rural (interior do Paraná). Sua família, apesar de não

prover-lhe materialmente, é tida como correta ao repassar-lhes valores. Será que os próprios valores familiares estão adequando-se à lógica da sobrevivência onde quem mantém a família é quem determina o valor? A miséria afasta pais e filhos. Como então, o menino de rua mantém seu referencial familiar? Seriam as bases afetivas ou a própria consangüinidade os fatores que oportunizam a existência destes vínculos? Nos setores “excluídos” ainda existe um valor que não se perdeu: solidariedade, mas a sociedade está tentando disseminá-lo, quando reforça o surgimento do filantropismo e da caridade, abrigando crianças e adolescentes e reforçando o assistencialismo com caráter de dependência, não assegurando os direitos sociais às famílias e seus filhos (havidos ou não no casamento). As famílias estão sendo coisificadas e os meninos não aceitando esta situação, evadem-se, vão às ruas.

Meninos de rua são espelhos que refletem as desigualdades sociais e a própria indiferença da sociedade em relação a si e à sua família. A política mundial neoliberal assim determina: “essas mudanças fazem parte de um processo decisivo de evolução da organização e da estrutura familiar, o qual, por sua vez tem fortes ligações com mudanças estruturais mais amplas, desencadeadas em última instância, pela dinâmica global das forças produtivas e das relações de produção que governam as formações sociais contemporâneas” (PEREIRA, 1995, p. 105) sendo que as mudanças e organização familiar são imposições e/ou readequações decorrentes desta política que não prioriza a família e nem a garantia da manutenção da mesma enquanto essencial na formação de seus membros.

3 JUSTIFICATIVA

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado e sancionado em julho/1990. Apesar de todo empenho da magistratura e técnicos envolvidos em atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social/pessoal, persiste um desconhecimento/resistência em que se efetive concretamente sua aplicabilidade. A família foi resgatada juridicamente em sua responsabilidade com seus filhos/netos, mas a sociedade também tem sua parcela para contribuir no cumprimento que é assegurado à família para poder manter seus filhos. Se serviços públicos como escola, creches, lazer e outros não cumprem seu papel social, a família tem dificuldades em assegurar aos seus filhos a garantia de seus direitos. Com a desassistência à família e sentindo-se pouco valorizado, ocorrem conflitos que acentuam-se com a política social vigente e a falta de incentivos para resgate da dignidade familiar.

O pai que não consegue prover sua família sente-se desnecessário e em alguns casos, ele abandona esta família. A mãe também busca outro companheiro, que nem sempre aceita os filhos que ela já possuía e por vezes tem que sustentar este companheiro. Os filhos (havidos ou não desta relação) também são compelidos a auxiliar e desde pequenos saem a rua para ajudar no orçamento doméstico. De início vão e vêm da rua e acabam enamorando-se e permanecendo na rua. A lógica é a da sobrevivência, todos tentam economicamente contribuir e nem sempre conseguem, gerando insegurança e a família acaba se fragilizando em detrimento do fator econômico e ainda tem que conviver com a indiferença da sociedade, que não a aceita e a julga pejorativamente.

Meninos de rua, são crianças, são adolescentes que buscam sobreviver e que não tiveram oportunidades e acesso igualitário, que talvez não tenham tido “pais” idealizados pela mesma sociedade que os impulsiona à rua e acusa a família de omissão.

É necessário ouvir, descrever a percepção que o menino de rua tenha de família, até mesmo para que ele próprio reflita e localize-se enquanto sujeito de sua própria história de vida e que sua família também tem uma história que o faz ser e estar da maneira que encontra-se na atualidade. O modelo tradicional foi esgotado e novas estruturas familiares existem e como podem oportunizar as crianças / adolescentes um desvelamento da realidade em que está inserida, visando tornar a sociedade mais humana, justa e feliz? O caminho poderá aparecer no discurso de um, (ou vários) meninos que estão na rua, mas que nasceram dentro de uma família. Muitas vezes lhes é negado o direito de orgulhar-se desta família!

Conhece-se um caminho, quando se anda por ele, não quando alguém que já o tinha percorrido nos ensina, pois a caminhada se faz caminhando e não com ensinamentos dos outros (que ajudam) mas que não são realizados a não ser por nós mesmos.

Sabe-se uma história quando a lemos ou ouvimos, mas se esta história faz parte de nossa própria vida (direta ou indiretamente), passamos a ser a continuidade e poderemos atuar como sujeitos históricos desta história no presente (superando conflitos e resgatando o passado), desde que nos conscientizemos de que o atual é produto histórico (pessoal, social e econômico).

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Investigar a concepção de família do menino de rua.

4.2 ESPECÍFICOS

- Identificar a percepção de sua família;
- investigar como ocorreu o afastamento da família pelo menino;
- averiguar como está a relação do menino com sua família na atualidade.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo família origina-se do latim *famulus* que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe e senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e filhos. Assim a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus fâmulas: esposa, filhos, servos livres e escravos. (PRADO, 1989, p. 51)

Na atualidade a família está passando por transformações e buscando adequar-se à realidade da sobrevivência no dia-a-dia. Novos arranjos entre diferentes membros são feitos, mas algumas características ainda mantêm-se, apesar da crise ou de algumas afirmações de que a instituição família estaria extinguindo-se.

Historicamente, sempre houve crise e transições. Comportamentos que anos atrás (ou mesmo décadas) eram tidas como exceções, podem na atualidade estar caracterizando regras. Não há transformação em uma única direção, conforme interesses sócio-econômicos justifica-se ou exclui-se a família. Há anos atrás não era aceita, família chefiada por mulheres, hoje em dia (1999) é consenso responsabilizar-se a mãe que mantenha e provenha materialmente seus filhos (mesmo quando o genitor é vivo e os abandonou), mas, na mesma proporção, culpabiliza-se moralmente a mulher que tenha filhos sem a figura paterna (mesmo quando esta tenha condição material em mantê-las). O discurso oficial é contraditório porque ao mesmo tempo em que aceita a pseudo-modernidade, impõe à família o modelo tradicional (pai, mãe e filhos), sabendo que na contemporaneidade não há como saudosamente idealizar uma estrutura que foi usual, mas passou e passa por transformações bem ou mal resolvidas:

“a família, a instituição mais sólida, desde os princípios da era cristã, reforçada em sua antiga forma patriarcal pelas religiões ocidentais, conheceu desde então grandes transformações que até hoje não conquistaram unanimidade similar à daquele tipo de sociedade repressiva e autoritária (séculos XVIII e XIX)”. (PRADO, 1989, p. 64)

No Brasil, a família foi reconceituada na Constituição Federal de 1988. O artigo 226 define a família como: união estável entre homem e mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º). Juridicamente é simples, mas cotidianamente existem variáveis que vão somando-se e tornando-se reais, à medida que se adequam à vida das pessoas, implicando o desejo das pessoas em terem e serem parte de um grupo, que pode ou não ser uma família, mas que busca existir, ser no mundo e estar no mundo ligado, recriando laços afetivos, ou apenas sobrevivendo às transformações impositivas do modelo econômico vigente (capitalismo neoliberal).

O problema inicial no estudo da família é dissolver a aparência de naturalidade para percebê-la como criação humana mutável. Assim, partindo do grupo conjugal e dada à universalidade da instituição do casamento, é sempre possível identificar, em cada sociedade, maridos, esposas e filhos. Mas o problema é determinar em que medida esse conjunto é reconhecido como grupo ou subgrupo específico, constitui uma unidade ou subunidade doméstica e residencial, e forma uma unidade de parentesco. A antropologia mostra, através do estudo comparativo, é que isso nem sempre ocorre e que sociedades diversas concebem e combinam de forma variável o casamento, o parentesco, a residência e a vida doméstica, privilegiando arranjos diversos dos nossos. O fundamental para “desnaturalizar” a família é, portanto, entender que a relação que conhecemos entre grupo conjugal, família, parentesco e

divisão sexual do trabalho pode ser dissociada, dando origem a instituições muito distintas. (DURHAM, 1983)

Acreditamos que a antropologia seja essencial a essa reflexão porque, entre todas as ciências sociais, é a única que está voltada diretamente para a análise das diferenças, das formas alternativas de organização da sociedade e, portanto, é aquela que nos permite, simultaneamente, vislumbrar o que é geral e perceber a infinita variedade das formações sociais concretas.

Na análise desenvolvida, identificamos a categoria família, tal como é definida culturalmente em nossa sociedade, com o modelo da família conjugal ou nuclear.

Qualquer recenseamento de população em nossa sociedade revelará necessariamente que, na composição das unidades domésticas, as exceções podem ser quase tão numerosas quanto os casos que obedecem ao modelo de família nuclear. Essas exceções podem ser de muitos tipos. Temos aquelas em que o grupo doméstico é maior que a família nuclear, incluindo quer outros parentes (na maioria das vezes, membros da família de origem de um dos cônjuges), quer agregados de diferentes tipos (afilhados, amigos, pensionistas ou mesmo serviçais). Existem também os casos em que o grupo é menor que a família nuclear: casais sem filhos, por exemplo, irmãos solteiros sem pais. Mas o caso mais comum é o de famílias matrifoais, isto é, formadas basicamente por mãe e filhos e nas quais a presença de um cônjuge – pai tende a ser temporária e instável. Sabe-se que esse tipo de família é muito comum nas camadas pobres da população. Finalmente, existem os casos, muito complexos e cada vez mais freqüentes, resultantes da dissolução de casamentos anteriores e onde a relação do casal com seus próprios filhos, filhos dos outros casamentos de um ou de ambos os cônjuges e a relação entre esses diferentes filhos entre si podem dar origem a arranjos muito diversos.

É exatamente a variedade e a amplitude dessas exceções que têm criado muitos problemas na definição das formas de família que seriam características de nossa sociedade, além de freqüentemente levantarem a questão de desagregação da família e de sua progressiva destruição entre nós. Quanto a isso, é fundamental distinguir entre três tipos de problemas. Esse primeiro lugar, o das exceções ao modelo de família e o de sua elasticidade. De outro lado, a emergência de modelos alternativos. E, finalmente, o desaparecimento da instituição enquanto tal.

Para se entender a natureza dessa distinção, é preciso que se deixe bem claro o que se quer dizer com a afirmação de que a família é um modelo, ou padrão cultural, afirmação essa que está ligada à concepção de instituição. Para entendermos o poder que a família exerce sobre seus membros, precisamos ouvir e relatar os vínculos que unem cada membro e como estes vínculos influenciam na conduta individual de cada um, isto sugere uma história de vida pessoal e social e estão pautadas culturalmente, tendo caráter influenciador na vida de seus membros.

Não se pode negar que existe na nossa sociedade um modelo ideal de família enquanto força ideológica que garante a reprodução desta sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que em todas as classes sociais, existe a tentativa de reproduzi-lo, porém as condições concretas de existência de cada grupo levam a práticas familiares diferenciadas.

Apesar de ser um espaço de expressão pessoal, de sociabilidade, onde os indivíduos manifestam suas expectativas e frustrações; a esfera privada da família também é cenário de conflitos. As tensões, reflexo da opressão econômica e política vivida pelos seus membros, geram várias formas de autoritarismo, muitas vezes violento, agressões físicas do homem para com a mulher e ou dos pais para com os filhos.

As relações familiares e de parentesco desempenham uma estratégia que garante não só a sobrevivência física do indivíduo, mas também a sobrevivência social e cultural. Isto é, tem um papel importante na elaboração das representações sobre a sociedade, de maneira que seus membros, limitados em termos de educação formal, quase sem acesso aos canais que informam os códigos sociais dominantes, dependem de maneira significativa dos contatos e experiências pessoais que o núcleo familiar pode oferecer. Tal mecanismo é fundamental no processo de socialização e na construção de uma identidade.

O desemprego estrutural, a falta de qualificação e mesmo a falta de documentação desta população representam variáveis importantes no aparecimento de diversos arranjos (famílias matrifocais, rotatividades de parceiros, etc.). Estes arranjos não são uma indicação de contestação do modelo. Estas formas alternativas resultam antes das condições sócio-econômicas, e não de um projeto transformador da organização familiar.

Existe uma tendência em naturalizar a família, quando na verdade ela é sempre um produto histórico, socialmente construído. Assim, apesar de ser considerado um fenômeno universal, apresenta características particulares em cada sociedade.

Cabe à Antropologia, preocupada tradicionalmente com a diversidade, esclarecer não só a variedade de formas de organização familiar presente nas sociedades humanas, mas os vários arranjos familiares elaborados pelas classes sociais. Por ser parte integrante da cultura, a família também deve ser vista como uma forma dinâmica, que se transforma na medida em que o processo histórico vai sendo construído. (DURHAM, 1983)

6 METODOLOGIA

Pesquisa Qualitativa.

Técnica: entrevista semi-estruturada.

Para buscarmos entender a lógica da sobrevivência que o menino de rua traz, a importância de sua família e o porque ele não está vivendo com a mesma, necessitamos ouvi-lo e à sua família. Esse ouvir implica em escutá-lo enquanto indivíduo e ser social, a si e seu referencial de vínculos familiares.

Toda criança/adolescente e seus pais trazem consigo uma história de vida, com valores, representações, códigos e estratégias de sobrevivência que vão adequando-se a mudanças, a políticas econômicas e tentando ou não manter-se enquanto resquício familiar, mesmo que precariamente.

A identidade desta família como instituição constrói historicamente marcas que deveriam ser “respeitadas”, e a própria família, mesmo passando por transformações, pois é dinâmica e está sujeita ao processo de desenvolvimento capitalista, persiste. Porém, nem sempre suas estratégias de sobrevivência são aceitas, pela mesma sociedade que impulsiona a busca pela necessidade de sobreviver (mendicância, cuidar de carros, flanelinhas, mães que arrumam novos companheiros, etc.).

Nesta escuta, nesta história que tem raízes e vínculos, a família fica fortalecida, sente que tem uma caminhada com erros e com acertos, que possui direitos e obrigações com seus filhos. Para localizar-se enquanto “sujeito” de sua própria história sócio-pessoal é imprescindível que o ouvinte proceda de maneira a oportunizar ao relato ser realmente escutado com interesse, respeito e conservando-lhe e digni-

dade de poder (falar) verbalizar sobre si, seus parentes, sua vida sem ser julgado ou analisado.

6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente entrevistamos a mãe de cada um dos quatro garotos. Onde filho presenciava o relato da mãe e em seguida entrevistamos o próprio garoto individualmente.

O procedimento metodológico utilizado foi o de deixar a pessoa falar, mas pontuando-lhe fatores que ele esclareça sob seu ponto de vista. A história seguiu uma seqüência, uma ordem de acontecimentos, e a pesquisadora atuou norteando e sistematizando o relato oral, seguindo um roteiro que fosse de encontro às informações desejadas para que o próprio sujeito se sentisse parte ligado aos fatos que contava.

O roteiro da entrevista com as mães foi o seguinte: sua infância e como brincava ou não, como era a relação com os pais, irmãos, se viviam bem ou passavam dificuldades, como os problemas eram ou não resolvidos, se freqüentou escola e porque, como era a relação “afetiva” entre seus membros. Se os vizinhos eram amigos e partilhavam solidariamente, se os parentes visitavam, etc. O desenvolvimento entre a adolescência e a maturidade, se após o casamento/união, a família original continuava mantendo vínculos e hoje em dia como está, quanto tempo não se vêem ou falam.

Esses itens norteiam a história de vida para sistematizar a entrevista. Não foram feitas em forma de questionário, e assim a pesquisadora foi pautando os relatos de quem conta a história de maneira livre. Causas e acontecimentos marcantes, foram estimulados a ser relatados. É como se o sujeito contasse sua vida familiar, em

um filme que foi sendo projetado com toda a emoção e significação que só “ele” pode repassar. Implicitamente os valores, a religião, a ética, apareceram no discurso oral. Ainda que a história fosse triste, existiu a possibilidade de superação. Quem determinou o grau de importância no que foi lembrado foi o próprio entrevistado. Não coube ao entrevistador justificar ou condenar o que lhe foi relatado no momento, mas sim ouvir atentamente. Não foi elaborado um questionário, e sim um roteiro visando a obtenção de relatos espontâneos, evitando-se respostas pouco pensadas e preservando-se a participação do sujeito em sua própria oralidade e sua relação direta com os fatos que descreve, pois falava de si, de sua família, de sua história de vida.

A aproximação anterior entre entrevistador-entrevistado garantiu espontaneidade na descrição de sua história. No caso, os filhos que estão em situação de risco social e pessoal (meninos de rua) são atendidos pela pesquisadora. Como a família (pai ou mãe) já nos conhece, o clima de compreensão e confiança foi anteriormente estabelecido em visitas familiares e/ou retornos dos meninos ou mesmo visitas de final de semana. Alguns relatos foram repassados anteriormente, mas de forma sintética ou pouco aprofundada, tanto pelo menino quando em entrevista pelo serviço social ou pelos pais quando abordadas.

Na história de vida familiar, o objetivo é que as vivências e as experiências, contribuam para o atendimento, para auxiliar o menino de rua a perceber-se como pertencente a uma dada família, que teve e tem raízes históricas que são importantes para sua pessoa, para sua reelaboração histórica. Saber o nome dos avós, sua origem, etnia auxiliam-no a descobrir-se, a ter identidade e a relacionar-se com a sua própria família.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Reportamo-nos a quatro famílias específicas, de meninos que têm pelo menos dois anos de permanência e/ou oscilação entre sua casa e a rua. Dos quatro meninos, nenhum deles rompeu “totalmente” o vínculo familiar, apesar do afastamento e não convivência direta, buscando visitá-la ou saber informações de sua família. Provêm de famílias com proles numerosas, com dificuldades sócio-econômicas, que estamos reaproximando através de visitas familiares e convites para participação em programas sociais que o menino integre eventualmente. Por já conhecermos os meninos há pelo menos dois anos, sabemos parcialmente de dados pertinentes ao garoto e à sua família. Já possuímos um cadastro (modelo em anexo) com dados como nome dos genitores, endereço, breve relato do quadro familiar (se os pais são separados, com quem ele viveu, etc.), data de nascimento, escola e série que ele freqüentou e em alguns casos até instituições que ele tenha passado. Todos os garotos tiveram pelo menos uma visita social.

Buscamos ratificar ou retificar dados fornecidos pelo menino junto à família ou à instituição que ele tenha pertencido (ou ficado abrigado). Porém é um cadastro questionário, e o que intencionamos através da narrativa da história de vida familiar, é que tanto a mãe, enquanto narradora, quanto o menino, (e o entrevistador) escutem-na cuidadosamente, e que haja uma delimitação que fica estabelecida no roteiro.

A postura do entrevistador foi a de ouvinte, reconduzindo o assunto (quando houvesse divagação), norteando e visando manter a espontaneidade do narrador, envolvendo e correlacionando as causas que o fizeram participar do fato relatado. A escuta foi pessoal e social, e o entrevistado teve uma relação direta e recordar o que descreve, pois também se auto-escuta e revive historicamente sua vida quando

verbaliza sua história e de sua família. Se não for o sujeito de sua própria história (e poderá não sê-lo) é como se ele não existisse atualmente e sim apenas fosse um protótipo do que fizeram-lhe.

O assunto principal na história de vida familiar é a família e como o sujeito que a descreve percebeu-se ou percebe como integrante da mesma. O seu referencial dentro do assunto é ele próprio, como relacionou-se aos fatos que relata, sua posição na época e na atualidade, qual o aprendizado que recebeu como legado e se rompeu ou não com sua família são fatos que deverão ser verbalizados ou instigados a ser respondidos.

O ouvinte/entrevistador tem um papel no resgate das contradições implícitas no discurso do narrador, pontuando-lhe e oportunizando reflexão quando este não tiver clareza em sua descrição no tocante a não posicionar-se frente ao fato (o que ocorreu de bom e de mal para ele na época) como lidou com este fato, se o entendia ou como o entende atualmente.

Após o menino acompanhar o relato da história de vida familiar junto à família, então poderemos indagar-lhes individualmente, como é sua visão de família. A partir da contextualização de sua própria família. Nesta etapa também nos utilizamos da observação para relatarmos como o menino foi falando de sua família. Seu gestual, seus olhos, se ficou emocionado ou não, o tom de sua voz e como foi verbalizando (rápido ou pausado).

Realizamos perguntas abertas aos quatro meninos com o seguinte roteiro:

1. Qual o número de membros de sua família?
2. O que é para você família?
3. Que valores recebeu (ou recebe) que julga serem importantes em sua vida?

4. Que relato de seu pai/mãe, pensou ser importante ou deixou-lhe emocionado?
5. Fale de sua família atualmente (que meios de sobrevivência possuem, se estão bem, como lidam com a indiferença social, se freqüentam igreja, se fazem parte de algum tipo de organização social, etc.).

As respostas foram transcritas literalmente como foram faladas, com objetivo não apenas de relatá-las, mas tentando captar o envolvimento do menino no momento que fala genericamente de família, indo da aparência (geral de família) para a essência (da sua própria família) sendo ele o sujeito histórico pertencente à sua família. Não podemos garantir que houve uma reflexão aprofundada, mas a categoria família foi construída para ele, a partir do real, do concreto que no caso será a sua própria história.

7 RELATOS DAS ENTREVISTAS

7.1 FAMÍLIA 1 (EP)

7.1.1 A mãe

Infância:

Pertencente a uma família de cinco filhos, sendo a segunda filha. A mãe (avó) trabalhava na lavoura em Cerro Azul e veio para Curitiba, onde casou-se com o Pedro, que também veio para o sul vindo da Bahia para melhorar de vida. A sua família sempre foi pobre, mas foram estimulados ao trabalho desde pequenos. Nenhum dos cinco filhos da sra. Lídia (avó) e do Sr. Pedro (avô) puderam estudar, concluindo apenas a 4ª série. A genitora do menino (EP) apesar da baixa escolaridade, expressa-se com clareza e objetividade.

Todos os irmãos brincavam muito e acatavam aos pais. A mãe era mais calma e gostava dos filhos sempre perto de si, já o pai era nervoso e batia neles. A religião da família é evangélica – Igreja Universal do Reino de Deus. Sempre relacionaram-se bem com os vizinhos. Atualmente todos os quatro irmãos visitam-se e a sua maneira gostam-se, apenas o irmão mais velho (Nei) foi morar no Estado de Santa Catarina e ao ser abandonado pela esposa, suicidou-se. Todos os irmãos são casados ou vivem com alguém.

Adolescência:

A mãe casou-se legalmente aos 15 anos e logo em seguida teve seu primeiro filho (PH) e aos dezessete anos nascia seu segundo filho (EP) que é o nosso meni-

no (no relato). Seu marido, sr. (A) desde o início mostrou-se violento e agressivo, quadro este agravado pelo alcoolismo. Como foram morar agregados aos pais maternos, por terem dificuldades materiais e emocionais, a família sempre acompanhou seu “padecer”. Na época em que poderia estar divertindo-se, já estava casada com dois filhos e um marido violento.

Até que um dia, ao ser violentamente espancada (possui marcas na face e pelo corpo), decidiu deixar o esposo com os dois filhos, acreditando que a avó materna, por certo cuidaria dos netos e não deixaria o sr. (A) agredi-los. O maior estava com quatro anos e o pequeno com dois anos. Afastou-se e via os filhos escondida até que sua família, começou a pressionar o marido para que fosse embora. Fato este, que ocorreu após um ano e segundo a sra (SP) foi espontâneo pela parte do marido. Então a genitora voltou para a casa materna e como tinha dois meninos para criar, foi trabalhar de diarista, deixando-os aos cuidados da avó Lídia.

Saída do menino EP para a rua:

No relato da mãe, seu filho (EP) desde pequeno sempre foi muito independente e quando sentiu as dificuldades que a família passava, quis ajudar, indo cuidar de carros próximo ao terminal onde moravam. Mesmo a mãe, avó e a tia C. pedindo para que não o fizesse, ele teimava e ia. Aliou-se ao amigo B. (9 anos) e ele com sete, foram para a rua. Nesta época a senhora (SP) freqüentava a igreja evangélica “Jesus Vive” e conheceu seu atual companheiro sr SLR, fato que julga, o filho não ter aceitado, tanto que ele decidiu que iria viver com o pai e assim o fez. Após seis meses, o filho (EP) retornou sozinho, alegando que o pai teria tentado afogá-lo por ter chegado em casa cheirando a thinner (inalante que os meninos de rua cheiram), reforçando a já conhecida agressividade do sr (A). Abraçando a mãe e a avó, disse que tentaria ficar em casa.

O menino foi matriculado em escola regular e evadia-se da mesma, tantas vezes a mãe foi chamada que acabou parando de trabalhar, para ir procurar por seu filho. No começo, o filho sempre retornava para casa, até que começou a desaparecer dois, três dias, uma semana e aos 9 anos ficou meses sem vê-lo. Ao encontrá-lo estava drogado e não aceitando retornar para a família, acusou-a de o ter abandonado quando arrumou outro marido. A sra. SP já tinha tido a menina (SLR) e estava grávida de sua segunda filha com o padrasto do menino. Ressaltando ao filho que o amava e o queria crescendo junto do irmão e das irmãs, ele voltou para casa, permanecendo aí por quase um ano.

A genitora em seu relato, mostrou-se emocionada e deu ênfase ao fato de sempre ter procurado pelo filho (mesmo grávida) e amá-lo e quer EP consigo. Sempre estimulou-o a freqüentar a igreja e a ser bom. Julga que o filho é obediente, mas a rua possui atrativos e dada a necessidade do menino em querer ter seu próprio dinheiro, é difícil mantê-lo em casa (são carentes e vivem de três salários mínimos).

Percepção da mãe quanto ao filho ficar em situação de risco na rua:

A senhora SP julga que o filho é bom e estimulou-o para a família, tanto que ele é amoroso com todos e mesmo quando ficava dias longe de todos, tentava vê-los e visitá-los. EP não aceita ficar em casa, sem ajudar. O padrasto é o único provedor para quatro crianças (na atualidade) e o menino quer contribuir, mas como só tem doze anos, só lhe resta sub-empregos (cuidador de carros). A avó é pensionista.

EP já ficou abrigado em um lar "Vida Nova" no ano de 1998 por dez meses e foi retomado à família. No final de 1999 foi reabrigado na Casa do PIA I e no momento faz aceleração escolar e participa do Programa Formando Cidadão. Verbaliza que precisa trabalhar para poder voltar para casa (está tentando guardar dinheiro).

A mãe verbalizou que talvez, pelo menino tê-la visto ser agredida e o próprio EP ter seu parto antecipado aos oito meses, por ter sofrido agressão do marido, o filho queira cuidá-la (protegê-la) e não aceita que outro homem faça isso, por isso implica com o padrasto que é um homem bom, trabalhador e supera de longe o pai verdadeiro do menino (que continua bebendo e sendo violento). EP é carinhoso com todos, mas tem dificuldades em acatar as pessoas, é necessário convencê-lo para que efetive determinadas tarefas. Na rua, é líder quando em pequenos grupos, pois não gosta de excesso de pessoas. Reparte o que possui com prazer e demonstra ter recebido valores éticos e cristãos.

Ao referir-se à sua família, cita os bons ensinamentos que recebeu e ainda recebe, adora as irmãzinhas e a avó Lídia. Não fala depreciativamente do padrasto (opta por ser indiferente), e a mãe e ele demonstram extremo carinho um pelo outro. A genitora SP acredita que tudo o que o filho está passando, irá ajudá-lo para ser melhor que seu pai e saber valorizar seus filhos. Não houve relato da mãe em querer estimular o filho para os estudos, veladamente reproduz o que aprendeu: sobreviver é essencial e trabalhar imprescindível.

7.1.2 Entrevista individual com EP, após entrevista conjunta com sua mãe

1. Qual o número de membros de sua família?

- Sete, eu, meu irmão, duas irmãs, minha mãe, meu padrasto e minha avó.

2. O que é para você, família?

A minha família é um modelo, com briguinhas, mas todos se ajudam, falam coisas que desagradam. Meu pai não era modelo, mas era (ainda é) um cara trabalhador. Família para mim tem que ter união, levar os filhos para passear, visitar os

parentes, ensinar religião (levar na igreja, né), educar os filhos e pelo menos encaminhar para a escola. A religião não pode faltar nunca.

3. Que valores recebeu e recebe que julga importantes em sua vida?

Da mãe aprendi a respeitar os mais velhos e do pai a ser trabalhador.

4. Que relato de sua mãe/pai pensa (pensou) ser importante ou deixou-lhe emocionado?

Fez um silêncio longo e citou uma vez que o pai (A) contou-lhe que aos sete anos já trabalhava, pois quem fica parado não progride. Novo silêncio, dizia também que queria que eu estudasse mais que a 8ª série, para ser pedreiro e não servente como ele. A mãe sofreu com meu pai, mas ele era trabalhador e mesmo nervoso não deixava faltar as coisas em casa. Não gostei quando a mãe mostrou as cicatrizes das surras (não precisava). Meu pai bebia, e a bebida o tornava mau. Se eu encontrar com meu pai e ele tiver um pingão de amor, eu terei respeito por ele. Às vezes ele era legal, pena que bebia. Gostei quando a mãe contou da igreja, pois religião é importante.

5. Fale de sua família atualmente:

Moram todos juntos na casa da minha avó. Minha mãe não trabalha porque cuida dos meus irmãos. Quem ajuda é o S (padrasto) e a vó recebe pensão, mas é pouco. Eu gosto da minha família, mas não consigo ficar em casa. Nossa casa é a mesma desde que eu nasci, nós fomos evangélicos. Meu irmão mais velho é quem tem mais estudo, está na 5ª série (não é de rua como eu). Meu padrasto é legal, trabalha de segurança no Extra, mas ele não vai na igreja quase.

Minha família é unida, minha tia preferida é a tia N., ela me aconselha e sempre cuidou de mim e da vó, me dava conselho para meu bem, pra não cheirar cola, obedecer a mãe, às vezes ela exagerava, dizia que o homem do saco ia me levar

porque eu fugia e sumia de casa. Agora eles sabem que estou na Casa do PIA I ... não sabem que eu fujo às vezes ... riu ... vocês contam né!

Meu pai tem outra mulher, faz quatro anos que não vejo ele. Contaram que está tentando parar de beber, porque quebrou o nariz da filha da mulher dele e foi preso, se não parar agora vai ficar sozinho. Eu gosto dele às vezes e às vezes não, mas respeito porque é meu pai e filho deve respeito aos pais. Tomara que pare de beber mesmo, porque ele é trabalhador, a bebida é fogo.

7.2 FAMÍLIA 2 (MF)

7.2.1 A mãe

Infância:

Nasceu em São Paulo, a genitora Beneguita faleceu quando era bebê (tinha um ano). O genitor M. (Curitiba) casou-se então com a madrasta Maria Paula, e por 13 anos viveram relativamente bem (pai e madrasta) quando o pai casou-se a menina estava com três anos.

Do primeiro casamento eram três filhos (três mulheres) e do segundo casamento cinco (três homens e duas mulheres). Viviam em São Paulo, e tiveram uma infância reservada, o pai não os deixava brincar com estranhos e não deixava os filhos estudarem, pois julgava que a “escola era uma má influência”. A madrasta era agredida física e verbalmente pelo Sr. M. A irmã Julia mais velha, filha da Sra B. e a R. caíram no mundo, fugindo do pai, acabaram prostituindo-se e hoje em dia vivem maritalmente (próximo da irmã).

Os irmãos vivem próximos uns dos outros, mas não têm contato direto. A irmã que a Sra CM relaciona-se bem é a caçula L (23 anos) que é amasiada e tem quatro

filhos. O pai da Sra CM era marteleiro (em pedreira) e genitora faleceu há 32 anos e nunca lhe disseram do que a mãe morreu. A madrasta não trabalhava fora e foi responsável pela pouca educação que receberam, pois o pai não era de conversar e qualquer coisa ia agredindo. O único tio paterno que conheceu (conhece) é o tio V. (que é a cara do pai M).

Quando eram crianças, os irmãos brincavam só entre si e com a J., a Sra C sempre a agredia fisicamente, por ter ciúmes. Segundo a Sra. C ela não era boa bisca, apesar de ser mais nova, era ela que batia nos irmãos. A madrasta M. P. era da Assembléia de Deus, já o pai detestava igreja, mas não proibia os filhos de frequentarem.

O pai, após treze anos traiu a mulher e amasiou-se com a M. (terceira companheira), colocando todos os filhos em internatos (menos as duas que fugiram). O pai M faleceu em 1993, a madrasta está viva e a terceira esposa, a Sra C desconhece o paradeiro.

Adolescência:

Aos 13 anos a C foi abrigada no Educandário Curitiba pelo genitor, junto com os outros irmãos. Lá a mãe foi alfabetizada, estudando no colégio Nossa Senhora de Salete. Até os 15 anos ficou internada e então o pai foi buscá-la e logo depois os outros irmãos. Logo em seguida, ela arrumou emprego numa casa de família e conheceu o Sr. D (era jardineiro) na família B. e aos 16 anos estava casando-se (vivendo com o companheiro). Seu pai só foi saber quando eles já tinham os dois primeiros filhos (MRF e RF).

O marido foi segurança e trabalhava no que desse. Quando juntaram-se, o cunhado (irmão dele) cedeu um espaço para eles.

Viveram bem até que em 27/05/93, o companheiro veio a falecer do coração (infarto) com 46 anos e ela estava com 26 anos. Neste momento, ela relatou que sentia-se um pouco filha do marido, pois o Sr. D a proibia de sair, de ir ao mercado e vetava-lhe até ir à igreja, pois era muito ciumento. Não aceitava sequer que recebesse visitas. Nesta etapa de sua vida, ela não mantinha contato com a família. Até que um dia o pai M foi visitá-la e o companheiro o agrediu achando que o traía (não sabia que era o pai dela). A opção do afastamento de sua família foi da própria CM porque nunca aceitou que o pai vivesse com a M..

Aos 17 anos teve seu primeiro filho, aos 18 o segundo, 19 o terceiro, 20 o quarto filho e com 21 teve o último com o companheiro D. Antes de falecer, o Sr. D ficou 10 meses tratando-se, pois só tinha o pulmão direito (foi fumante por 45 anos), acabando por morrer do coração, no dia em que teve alta do hospital, morrendo em casa, estando com sua família (caiu por cima do caçula quando foi a óbito).

Saída do menino MF para a rua:

Viviam no conjunto Atuba e logo após a morte do Genitor, venderam objetos, móveis e foram morar em Campina Grande do Sul, pagando aluguel e logo tiveram que mudar-se para Colombo, onde invadiram uma chácara e fizeram um barraco. Nesta época (final de 1993), os meninos começaram a ir para a rua para pedir dinheiro, voltavam todos os dias para casa, a Genitora seguia trabalhando como doméstica, onde os filhos ficavam sozinhos e tinham que se virar. O filho mais velho R era quem cozinhava e cuidava dos irmãos (tem 15 anos atualmente).

Viveram em Colombo durante um ano e depois foram para Guarituba (Piraquara) no terreno da irmã Ivone, porém como seu barraco foi incendiado, invadiram área no Jardim Acrópole (onde viveram 9 meses), depois resolveram voltar para Piraquara para poder ficar próximo à irmã I. (que adora), J. e R. (que se dá bem).

Em 1994, quando vivia no Campina Grande do Sul, relacionou-se com o Sr J e teve o menino RP, (que fará 6 anos), não chegou a viver com ele, inclusive não o deixou conhecer o garoto nem reconhecê-lo como filho. Às vezes não tinham o que comer em casa e a mãe, então os acordava e dizia para irem "fazer algum dinheiro", apesar de receber pensão do falecido marido.

Percepção da mãe quanto ao filho estar/ ficar na rua em situação de risco:

A Sra CM disse que nunca gostou que o filho ficasse na rua, proibia, mas às vezes era necessário porque sempre trouxe dinheiro para casa. Ficar na rua é muito doloroso. Em casa, apesar da pobreza, ficam mais próximos, mesmo comendo polenta com feijão, a união é boa. Na rua tem a droga e o perigo de morrerem, agredidos pela polícia.

No momento, se ele voltar para a casa, a miséria mantém-se, e a mãe julga que o filho volta para a rua. A casa compõem-se de dois cômodos e só tem duas camas para sete pessoas (mãe e seis filhos). Não tem geladeira e nem móveis.

7.2.2 Entrevista individual com MF, após entrevista conjunta com sua mãe

1. Qual o número de membros de sua família?

- Minha mãe, eu, cinco irmãos.

2. O que é para você família?

Família? Já respondi: minha mãe, eu e meus irmãos, o pai morreu do coração faz tempo. Dos meus avós, não conheci ninguém, tem as tias que são irmãs da mãe, mas são outra família, não moram com a gente.

3. Que valores recebeu ou recebe que julga serem importantes?

Um irmão ajudar o outro. Meu pai disse que família é o mais importante na vida e tem que ficar junto. Quando o R (inho) foi usar droga, a gente procurou ajuda

para ele, porque é nosso irmão. Se não ficasse unido quando o pai morreu, a gente tava pior, roubar não, mas talvez a gente tivesse perdido.

Ser pobre não é vergonha, mas virar ladrão, bandido para mudar de vida não resolve, só trabalhar resolve, mesmo que ganhe pouco, se um ajuda o outro, a gente vai levando.

4. Que relato da sua mãe/pai, pensa (ou pensou) ser importante ou deixou-lhe emocionado?

Não lembrava que meu pai era ciumento, acho que ele cuidava da mãe e de nós, mas era bom pai. Se a gente é unido é por causa dele. Antes de meu pai morrer, ele pediu para gente não esquecer que a gente é família, pediu para a mãe fazer polenta e todos nós, ficamos em volta dele na mesa. Ele falando do pai dele e como aprendeu a ser honesto e da mãe que ele lembrava pouco. Pediu que sempre a gente ajudasse e respeitasse nossa mãe e a noite ele morreu (os olhos de MF encheram-se de lágrimas).

A mãe não gostava do pai, logo arrumou outro homem. O J. era legal, mas não gostava da mãe e ela ficava atrás dele, devia ter esperado mais para ter outro homem, ainda ficou grávida, mas do meu irmãozinho eu gosto muito (ele tem nosso sangue) é filho não do meu pai, mas é da minha mãe. Achei engraçado a mãe contar que meu pai teve ciúme dela com meu avô, mas eu não lembro disso, também não lembro dela pedindo para nós trazer dinheiro, nós ia porque precisava, ela nunca mandou. Ela pôs nós na escola e tudo, ela é boa mãe, mas a gente é pobre mesmo.

O menino é caracteristicamente alegre, risonho mesmo quando emociona-se (e emocionou-se) seus olhos ficam lacrimalados. Frisou várias vezes que são pobres,

mas dando ênfase na união de sua família, atendendo o desejo do pai, que foi uma pessoa marcante em sua formação e de seus irmãos.

5. Fale de sua família atualmente:

Meus dois irmãos maiores não trabalham, só o RMF faz bico em uma oficina, mas ganha pouco. A gente voltou morar no terreno da invasão da tia, mas agora nós ganhamos madeira do conselho tutelar e temos uma casa de verdade (não é barraco de lona não). Ainda não tem água boa (só de poço), luz pega “rabicho” da tia, falta mais cama, móveis, mas lá é melhor do que era. A mãe recebe pensão do falecido meu pai e trabalha como diarista 3 dias da semana, mas é pouco porque somos 7 no total.

Eu e o RF estamos abrigados na casa do PIA I (mas por enquanto), porque vamos voltar, logo que as coisas melhorarem. Eu ganho R\$ 56,00 no formando e ajudo também.

Percebemos que para ele, foi bom falar de sua família, e mesmo sendo pobres, ele têm orgulho de serem unidos, citando várias vezes que atendem a um pedido do falecido pai. Em relação à genitora, não houve relato nem dela e nem do filho sobre o fato de atualmente ela estar namorando.

7.3 FAMÍLIA 3 (JSS)

7.3.1 A mãe

Os pais da Sra R, foram lavradores em Rio Branco do Sul. A família materna compõem-se de três mulheres e dois homens (todos vivos). A família cresceu trabalhando na roça, pegavam no trabalho às 6:00hs da manhã e largavam às 17:30hs, nenhum dos irmãos pode estudar. Brincavam pouco, pois cansavam-se na roça,

brincavam mais aos domingos. O Genitor N e a Genitora A conversavam pouco com os filhos, não freqüentavam Igreja porque não havia nenhuma próxima e nem escola. Vizinhos e parentes quase não haviam próximos. A Sra R relatou que ressentia-se na época por não estudar.

Mudaram-se para Almirante Tamandaré quando a Sra R, estava com 11 anos e só então foi matriculada no Colégio João Cândido de Oliveira, vindo a cursar até a 4° série. Muito trabalho e tendo as mãos calejadas, faziam com que a R tivesse vergonha e evitasse fazer amigos, era rotulada de caipira e teve dificuldades em alfabetizar-se (sentia-se inferior).

Adolescência:

O pai faleceu quando ela estava com 11 anos e a família veio para Almirante Tamandaré. Sempre envergonhava-se das mãos e aos 14 anos era tímida. Aos 16 anos teve o primeiro homem e afirmou ter "perdido-se" era virgem e engravidou de seu 1° filho ALS então resolveram unir-se e no ano seguinte nascia LR (2° filho). Em 1989 ela concebeu JSS, e depois a filha J. (todos filhos reconhecidos do Sr S. pai). Após 7 anos de união, o Genitor começou a envolver-se com drogas e agredir a Sra R e aos filhos pequenos, até ela descobrir que ele tinha outra mulher (com a qual vive até hoje). Decidiram então separar-se e os quatro filhos continuaram com a mãe. Durante este período, a família materna mudou-se para Telêmaco Borba e foram voltar a viver em sítio. A Sra R. não quis ir junto, permanecendo até hoje em Almirante. Nunca recebeu qualquer auxílio do S.. Sempre recebeu ajuda de vizinhos e amigos, como cuidar de seus filhos e até mesmo levando-lhe comida. Como sua criação foi muito fechada, quis (e quer) que os filhos tenham acesso ao que não teve: estudar, trabalhar em emprego bom, ir à Igreja. Atualmente ela perdeu todo contato com sua família e os quatro filhos, apesar de saber onde o pai vive, não o visi-

tam e recusam-se a vê-lo. Nunca pediu pensão ao ex-marido (companheiro), que cuida de carros e ganha pouco. Com sua outra mulher tem um filho e tomou-se alcoolista e drogado. O Sr S. nunca falou e nem ela perguntava sobre a família dele. A genitora é lavadeira e passadeira de roupas, mas ganha pouco, às vezes passam por necessidades. Houve relato que não quis envolver-se mais com outro homem, pois a primeira experiência foi ruim. Alegou ter 32 anos e sentir-se anciã e acabada, sempre era xingada quando viveu com sr. S. Acha que o filho é parecido no gênio e no físico com o genitor. Uma vez, de tanto apanhar, ela bateu no marido e teve que ir parar na delegacia, pois o sr. S. bateu e quase furou o olho do J., aí ela achou que era demais (sic).

Saída do menino para rua:

O filho saía para brincar com os meninos e acabou indo para rua. Inicialmente voltava e por volta dos 08 anos, iniciou a pernoitar na rua, não estudava pois, segundo a mãe, havia perdido o registro do filho. Quando retornava para casa, era trazido pela P.M, pelo Conselho Tutelar e a genitora disse que era xingada de relapsa, vadia e nunca ofereceram-lhe ajuda, mas sim críticas.

A genitora discorre sentir-se desorientada quanto a exigir pensão do ex-marido e mesmo quanto ao filho viver na rua, sente-se impotente, pois às vezes não tem o que comer em casa e acaba aceitando que o filho traga alimento para casa.

Percepção da mãe quanto ao filho ficar/estar em situação de risco:

JSS já com 08 anos aprendeu a cheirar cola mas a mãe relata que o filho cuidava de carros e nunca roubou, pois trabalhar não é vergonha. A própria genitora algumas vezes cuida de carros na frente do Forno, algumas vezes levando os filhos e outras sozinha. JSS foi quem mostrou-lhe o ponto (que era bom). Nunca procurou por creche ou matricular os filhos, sob alegação de terem perdido os documentos.

Seu temor seria que seu filho fosse assassinado se continuasse na rua. Este ano, seu patrão auxiliou-a e obteve a 2ª via das certidões de todos os filhos e pode inserí-los em escola. Atualmente o filho está abrigado há cinco meses na Casa do Piá I e ela julga que ele está bem, estudando, recebendo atendimento médico. Os outros filhos que estão em casa estão estudando, à exceção do filho ALS, que continua na rua, não aceitando encaminhamentos.

A Sra R. apesar de em dado momento ter sido rude com o filho, é afetiva e sente-se respeitada por seus filhos. Dada sua simplicidade e histórico de trabalhos rudes, tem a subsistência (alimentar-se) como meta de vida. Não denotando saber de suas reais obrigações, como por exemplo, ter buscado auxílio para documentação dos filhos, matriculá-los em escola, ter solicitado judicialmente pensão ao pai de seus filhos, há uma limitação de entendimento, decorrente do próprio histórico de vida.

7.3.2 Entrevista individual com JSS, após entrevista conjunta com sua mãe

1. Qual o número de membros de sua família?

- Quatro e mãe, não, 5, tem a bebê que é filha do meu padrasto. A gente é três homem e duas menina, mais a mãe e o Zé.

2. O que é para você família?

É ser apoiado e dar apoio. O infante respondeu rápido sem pensar muito nesta resposta, ficando calado após.

3. Que valores recebeu ou recebe que julga serem importantes?

Ficou irritado com essa pergunta e saiu correndo da sala, nos xingando. Após 10 minutos voltou alegando que estaríamos falando mal de sua mãe. Tentamos ex-

plicar-lhe o que são valores e propusemos um jogo, tipo certo ou errado e se ele não quisesse responder tudo bem. Ele aceitou.

Roubar: é certo do lado de quem precisa, mas é errado tirar dos outros (pode fazer falta).

Igreja: é certo porque aprende orar, fazer o bem, eu freqüentava Igreja de crente perto de casa.

Escola: é certo porque a gente aprende a lê, escreve. Minha mãe diz que não quer que a gente seja burro como ela, só que eu só fui para escola, aqui na casa. Eu não gosto muito, mas a professora é legal e gosta de mim.

Xingar, dizer palavrão: ele deu gargalhada dizendo que é certo porque tem gente que merece, apronta mesmo, se folga, então merece ser xingado. Minha mãe não ensinou a xingar, só que ela é nervosa e tem uma boca, diz besteira e pede desculpa. Eu não, se xingo é porque merecem, não peço desculpa.

Respeito: é certo para quem merece, a mãe da gente, a professora (se for boa), os educador que não são folgado. Agora os piá não merece respeito não, principalmente quem é “cagoeta”, esse tem que apanhar mesmo.

Trabalho: né, claro que é certo, só rouba quem não consegue trabalho.

Esmolar: é certo porque a pessoa precisa, mas é errado porque “nego” pode tenta trabalha. Se for aleijado é certo porque é difícil trabalho.

Usar drogas: essa não quero responder não, novamente ficou irritado e saiu batendo a porta e dizendo que não voltaria porcaria nenhuma.

4. Que relato da sua mãe/pai, pensa (ou pensou) ser importante ou deixou-lhe emocionado?

Esta pergunta foi feita apenas no outro dia e o infante não quis respondê-la, bem como à pergunta 5, alegando que não era obrigado, mesmo tendo anteriormente concordado.

Respeitamos JSS em sua decisão, entendendo que falar de si e de sua família, remexe em fatos/situações que não devem ser investigadas apenas superficialmente ou para “entrevista”, mas que trazem à tona toda a história de vida dele, e as adversidades que já enfrentou em seus 11 anos.

Quando a mãe contou que cuidava de carros, ele a chamou de mentirosa e ambos ficaram nervosos, denotando fatos que denunciam as dificuldades vividas e talvez não superadas.

Este menino tem bom humor, mas alterna agressividade e riso com frequência. Apenas recentemente (faz 5 meses) aceitou ser abrigado, mas evade-se às vezes. É solícito quando lhe pedem favor, mas se estiver mal-humorado, xinga e traz à tona momentos em que sentiu-se lesado.

Fala da genitora como uma heroína, pois cria-o e aos irmãos sozinha, lavando roupa para fora (omitindo que ela cuidasse de carros).

Atualmente a sra. R, está com um novo companheiro e teve um bebê com ele. Nada nos contou a este respeito. Mas JSS vive falando da neném e como ela é bonita. Do padrasto não menciona quase nada, exceto que ele sabe dirigir e vai comprar um carro para a família (quando der) e poderão passear juntos. O pai, para ele, inexistente.

JSS é resistente em receber críticas e desconfiado quanto a elogios. Explicando-lhe passo-a-passo o porque deve fazer determinadas tarefas, ou mesmo evi-

tar gritar, dizer palavrões, aceita (desde que haja lógica para ele) e torna a fazê-lo. Às vezes chega a rir quando “enerva-se”, mas reconhece que errou, justificando-se que esqueceu. Parece-nos que pelo viés afetivo e dialogal ele internaliza conceitos, mas ainda não os incorporou ao seu modo de ser e agir. Como todo menino de rua é imediatista e vive o presente. Adora sua família, mas não consegue manter-se junto à mesma.

7.4 FAMÍLIA 4 (AMSC)

7.4.1 A mãe

Infância:

São de Curitiba, família de 09 irmãos, 05 mulheres e 04 homens. Os pais são: a mãe de Santa Catarina e o pai da Lapa. A mãe dona de casa e o pai caminhoneiro. Viveram na Vila São Pedro. Os irmãos eram unidos e brincavam bastante, nunca foram de freqüentar igreja, apesar de terem sido batizados. Eram estimulados a estudar pela mãe, porque o pai viajava direto e quando estava em casa, estava cansado e conversava pouco. A genitora era quem dava "disciplina", mas ele e os irmãos respeitavam mais o pai do que a mãe. A Sra. DS relatou ter sido uma criança arteira, e feliz, apanhava pouco da mãe. O pai não deixava os filhos brincarem com os vizinhos, dizendo que a família era grande e que brincassem entre si. D estudou até a 4° série. Os pais separaram-se quando ela tinha 12 anos. O Sr. A tornou-se alcoolista e tentou matar a esposa, ela denunciou-o na polícia e ele acabou indo embora. O pai, abusou e valia-se de sua autoridade, tendo relações carnais com sua própria filha, (a mais velha), inclusive tendo uma neta com a filha. A Sra. E (avó) quando soube, também denunciou-o e foi violentamente agredida.

Apesar do pai ser mau para a mãe, com os filhos ele sempre foi bom, não deixava faltar comida, dava conselhos e reforçava que queria que todos fossem honestos. O Sr. A criou-se na rua e nunca teve pai e mãe, ficou uns períodos com parentes e por fim criou-se sozinho pelas ruas da Lapa. Faleceu de derrame há 10 anos atrás. Lembra-se do pai sempre dizendo: "criei-me na rua, sem pai e sem mãe e nunca precisei roubar, quero filhos honestos"

Adolescência:

A mãe e pai separaram-se quando ela tinha 12 anos. O pai parou de ajudá-los, e a mãe teve que trabalhar fora e deixou os filhos (9) com a irmã mais velha, M R. A situação começou a ficar difícil, faltava mistura, roupas e luxos eram inexistentes, mas nunca chegaram a esmolar. Teve uma tia (irmã da mãe) bem de vida, que ajudava com a comida e vestia-os de vez em quando. Com 13 anos, a Sra. D teve que ir trabalhar como aprendiz de fazer bichinhos de isopor e aos 15 anos estava morando com esta Sra. que se chamava tia L., até os 16 anos de idade, visitando direto a mãe e aos irmãos e ajudava no que podia.

Dos 16 para os 17 anos, trabalhou em uma casa de família e conheceu, no trajeto que fazia da Vila São Pedro ao Xaxim, o Sr. José. Namoraram dois anos e resolveram morar juntos com aval da Sra. E. Aos 19 anos teve seu 1º filho.

Percepção da mãe quanto ao filho estar/ ficar na rua:

AMC, iniciou com 10 anos sua ida para a rua, levado pelo irmão. Ela julga que o filho na rua deve dar-se bem, pois está sempre viajando e conhecendo lugares. Sempre evadia-se das escolas e dava problemas, era sempre chamada para conversar.

Já o buscou em Curitiba (quando viviam no litoral), Conselhos Tutelares etc.

Segundo ela, ele evade-se sem motivo, não falta comida em casa e ninguém agride o menino. Não tem estudo, porque foge das escolas e reprova por faltas. Sempre matriculou-o na escola, levou ao médico e ele sempre foi saudável. Quanto às queixas que faz na casa (saúde) ela desconhece qualquer doença anterior. Ele é mentiroso (segundo a mãe) e fantasia um abandono, que ela reforçou nunca ter existido. Sabe que o filho é abrigado e recebe auxílio na rua, não teme pois o julga esperto.

Saída do filho para a rua:

A Sra D viveu com o pai legítimo de AMC e ASC por cinco anos. Quando AMC fez dois anos, o casal separou-se, porque o marido judiava dos filhos, e o pequeno AMC era quem mais era espancado. Na separação a Genitora ficou com o filho caçula e o Sr J. com o mais velho ASC. Porém soube que após alguns meses, o menino estaria abandonado e foi posteriormente internado no Lar Acridas em São José dos Pinhais. Após três anos de separação, ela passou a viver com o seu atual companheiro, o Sr C. Segundo a Sra D o filho relacionava-se bem com o padrasto e o respeita. Só quando o irmão ASC veio viver com eles no Litoral é que A iniciou suas evasões de casa.

7.4.2 Entrevista individual com AMSC, após entrevista conjunta com sua mãe

1. Qual o número de membros de sua família?

- Sete pessoas.

2. O que é para você família?

Minha mãe, meus irmãos e meu padrasto (ele não citou-se como participante da família). Citou o nome e as idades dos irmãos (3 meninos e 1 menina que é bebê).

3. Que valores recebeu ou recebe que julga serem importantes?

Respeita os mais velho, obedecer a professora, não roubar, ir orar (esse aprendi com minha avó), ser trabalhador (ser vagabundo é ruim).

4. Que relato da sua mãe/pai, pensa (ou pensou) ser importante ou deixou-lhe emocionado?

Ela não contou que a gente vive mudando, porque o C. (padrasto) é encrenqueiro. Só falou mal de mim e eu sou doente sim. Não contou que a vó me criou sempre.

5. Fale de sua família atualmente:

AMC ficou por 2 meses afirmando que foi abandonado pela mãe e o padrasto. Que saiu passear e quando voltou, eles tinham se mudado e não sabia deles e de ninguém de sua família. Informou ter estudado em Matinhos e através do Conselho Tutelar obtivemos pista da família em Fazenda Rio Grande. Quando a mãe veio para a entrevista relatou que faz um ano que estavam morando na Fazenda e que o filho sabe ir e vir perfeitamente.

AMC mostrou-se indiferente, como se realmente não tivesse família ou recusando-se em ser “desta família”. Foi mais receptivo ao falar dos irmãos e que o mais velho usa drogas. O padrasto é envolvido com “rolos” que não quis explicar. Referiu-se à avó como sua mãe verdadeira. Verbalizou que se tivesse que voltar para casa materna, fugiria e o fez no dia seguinte à entrevista.

Não é verdade que não gosto de estudar, é que eu tenho problema, não consigo aprender, então não vou mais e a mãe fica brigando. Fui morar com um casal no Xaxim, minha tia (irmã da mãe) avisou a mãe e ela foi me buscar. Devia ter deixado eu lá, ir para casa para ficar à toa. Lá na casa dos S. eu tava tendo tudo, até videogame. Não é que eu não goste da mãe, eu não gosto da pobreza mesmo.

No discurso de AMSC vem implícito que sente-se culpado por não responder a sua obrigação de estudar (de ir bem na escola) e quando foi viver com outra família, queria desonerar sua família em mantê-lo já que não produz (não trago dinheiro para casa) também não vou dar prejuízo (uma boca a menos). O afeto, o elo emocional fica obscurecido pela materialidade da existência (do sobreviver), como se apenas fizesse volume em casa, não vendo-se como integrante de sua própria família. Viveu 3 anos com a avó materna mas não foi criado por ela (porque a mãe, também vivia junto).

8 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

8.1 AS MÃES DOS MENINOS

8.1.1 Quanto à infância

Nos quatro casos, a infância foi restrita a brincadeiras entre os próprios membros das famílias maternas (carentes e com origem rural). A exceção foi a genitora de JSS que afirmou quase não ter tido tempo para brincar, pois o trabalho na roça era cansativo.

No discurso aparece a presença marcante do “pai” como rígido e pouco aberto ao diálogo. As mães (avós) mais dóceis e pedindo que os filhos ficassem mais próximos de si.

A subsistência foi marcante e aparece nas entrevistas o reforço quanto ao trabalho, ser trabalhador e batalhar pela sobrevivência. O estudo, a formação escolar foi limitada ou pela distância, ou por não ter sido um valor repassado culturalmente como no caso de MF que foi afirmado pelo avô: a escola é uma má influência.

Somente a família de EP relatou que freqüentavam igreja, a de JSS vivia em área rural e a distância obstacularizava o acesso. A família a MSC e de MF, apesar de afirmarem ser evangélicas, não freqüentaram igreja.

As quatro famílias possuíram casos de alcoolismo entre seus membros, três delas o genitor foi alcoolista e um não discorreu alcoolismo paterno que foi suplantado pela rigidez e falta de diálogo tanto do pai quanto da genitora.

Houve óbito durante a infância e pré adolescência em 3 casos, 2 perderam o genitor e 1 a mãe biológica faleceu quando a mãe do menino tinha 3 anos. Com a perda da figura paterna as condições sociais, tornaram-se mais difíceis e todas as famílias passaram por maus momentos, onde até as crianças e adolescentes tiveram que ajudar. Apenas o avô de AMSC que era caminhoneiro viveu até a adolescência da filha.

Quanto a terem sofrido violência dos pais, apenas um relato à infância, mas 2 avôs agrediam as avós física e verbalmente, dando ênfase no discurso defensivo: quando ele bebia era mau, mas foi bom pai, não deixava faltar nada em casa. Houve relato que um pai (avô) que assediou sexualmente uma filha e teve com esta um filho / neto, não ficando claro, se a família sabia ou não do fato na época.

Quanto ao valor honestidade, as 4 mães cresceram ouvindo dos pais que eram pobres, mas corretos. A honestidade é atrelada à ter uma condição de trabalhador para poder trabalhar com a cabeça erguida. Ao referirem-se aos pais, frisavam que ambos trabalhavam, mas quem mantinha a todos foi o genitor. Quando este faleceu ou separou-se da mãe, as dificuldades acentuaram-se.

A violência não foi destacada ou pelo menos dada ênfase, como se fosse condição da própria educação recebida. Apanhar foi educativo e mesmo a limitação de diálogo e afeto foi repassada como usual. Nenhuma das mães ateve-se e nós procuramos tocar nesta questão sem fazermos julgamento de valor e ainda assim, elas procuraram desconversar, não sabemos se houve inibição ou negação do fato.

Quanto a adolescência:

As três genitoras tiveram seu primeiro filho ainda na adolescência, três foram viver com seus companheiros e uma casou-se civilmente. A mãe de EP foi mãe aos 15 anos, de JSS e MF aos 17 anos e apenas a mãe de AMSC aos 19 anos. Todas

relatavam que trabalhavam desde pequenas, mas com a perda do genitor, tiveram que arrumar emprego informal (exceto a mãe de EP que percorreu trabalhar em casa mesmo).

Dos companheiros das mães, apenas o que era 20 anos mais velho que a esposa não bebia e/ou utilizava drogas. Três mantiveram contato com sua família de origem e apenas uma optou por afastar-se do genitor (a mãe já havia falecido em sua infância).

As mães entrevistadas têm até 4ª série primária, iniciando sua escolarização na adolescência (11 anos aos 13 anos) e uma delas foi à escola com 7 anos de idade. Seus genitores também tiveram baixa escolarização, seus companheiros também possuíam pouco ou nenhum estudo, mas eram todos alfabetizados.

No tocante à sua sexualidade, restringiram-se a falar de como conheceram seus companheiros, afirmando ter pouco tempo para namorar, pois trabalhavam e os “maridos” foram seus primeiros homens. Exceto a mãe de MF, as outras relataram maridos agressivos, que no início (até um ano pelo menos) eram bons, mas depois a bebida e/ou droga foi estragando.

Depois de alguns anos (4, 5 e 7 anos) as genitoras separaram-se de seus maridos, segundo elas porque além de as agredirem, o faziam também com seus filhos. Apenas a mãe de MF foi separada do esposo pelo falecimento deste (viviavam bem, mesmo com o ciúme dele). Antes dos 25 anos todas não viviam mais com o pai de seu filho e ficaram desassistidas e com os filhos pequenos para criarem. Nenhuma das mães, procurou por seus direitos como pensão para os filhos, por desconhecerem tal direito. A mãe de MF ficou como pensionista do falecido, recebendo um salário mínimo para ela e os cinco filhos biológicos.

As mães com baixa escolarização e sem qualificação profissional definida, buscavam trabalho como diarista, a mãe de JSS foi cuidar de carros e levava os filhos, pois não tinha com quem deixá-los. O filho (a) mais velho é quem ficava em casa cuidando dos irmãozinhos e fazendo comida. Apenas a mãe de EP pode deixá-lo aos cuidados de sua avó materna.

Novamente aparece a categoria “trabalho” ou “sobrevivência” como imprescindível para a manutenção das quatro famílias pesquisadas. Nos discursos destas mães vem implícita a necessidade de manter seus filhos e a si, como as únicas responsáveis por eles e tendo que provê-los em sua necessidade de alimentação, moradia e união familiar, pois nenhuma delas, abandonou sua prole.

Mesmo já tendo vivido a perda do pai (por separação ou óbito), o abandono ou separação do marido, não as intimidou e nem desistiram de manter sua família (a si e seus filhos), porém tiveram que adequar-se à realidade factual, sendo que tinham que buscar a subsistência e delegando o cuidado de seus filhos pequenos aos filhos com mais idade (ainda que estes fossem crianças). Nenhuma das quatro mães relatou ter procurado por creche e/ou auxílio comunitário, mas tiveram vizinhos que as auxiliaram no que podiam. Houve citação de vizinhos que davam de comer às crianças, quando faltava alimentação aos filhos.

“Na medida em que se constitui como grupo, a família estabelece, através do parentesco, uma ligação entre passado e presente. Caracteriza-se então, simultaneamente, pela elaboração de uma estratégia de sobrevivência imediata e de um projeto para o futuro.” (DURHAM, 1980, p. 42)

Quanto à saída do filho para a rua:

No discurso materno, não foi citada a violência doméstica como determinante para a saída de seu filho para a rua. De início os meninos saíam e voltavam para suas casas. As mães já estavam com novos companheiros, mas estes não agrediam seus enteados, exceto a mãe de JSS que alegou não querer mais saber de homem.

Os quatro meninos iniciaram sua saída para a rua com sete anos (dois deles), um deles com 8 anos e outro com 10 anos de idade. Os motivos foram descritos como se fosse uma decisão do próprio garoto, que optava por contribuir com sua família, trazendo um troco para casa, pois ninguém o mandava para rua. A genitora de EP atribuiu à independência do filho em querer auxiliar em casa, verbalizando quanto à situação difícil que passavam (e ainda passam), as outras mães veladamente justificavam as saídas.

As mães trabalhavam na época e mesmo vivendo com outro companheiro, mantinham sua precária condição. Obrigações como matriculá-los em escolas e acompanhá-los foram poucas, sob alegação de não terem tempo e outros filhos a serem cuidados. Uma das genitoras sequer possuía documentação deste filho e quando este era abordado na rua e levado para casa, ela discorreu ser destrutada e não receber orientações de como proceder.

Todas dialogavam com os filhos e pediam para que não fossem mais para rua, mas contraditoriamente aceitavam o pouco dinheiro que era trazido para casa. Em seus discursos, aparece a necessidade em reforçar “conselhos” ao filho, mas há também “necessidade” em aceitar que contribuam com o orçamento doméstico. Reforçaram que os colocavam na escola, mas que não iam para frente, faltavam e reprovavam. A mãe de JSS, apesar de verbalizar ao garoto que não queria que ele fosse burro como ela, nunca o matriculou e nem buscou por isto. Há uma limitação

da mãe, mas também um discurso justificador, pois ela só foi à escola com 11 anos e depois que o pai morreu.

Conhecer suas obrigações, as quatro mães conhecem, mas o que foi vivido anteriormente e a própria necessidade de sobrevivência, são atenuantes para sua não responsabilização.

Houve da parte das mães, muita busca na rua e pelos locais onde os filhos ficavam, por órgãos como Fundação de Ação Social educadores de rua e núcleos regionais da criança ou mesmo juizado de menores. Deram ênfase ao quanto buscaram pelo garoto, inclusive perdendo “dia de serviço” e sendo prejudicado em detrimento ao seu trabalho.

Percepção da mãe quanto ao filho ficar/estar em situação de risco na rua:

Três das mães entrevistadas temem pela vida do filho na rua, apenas a mãe de AMSC pensa que ele se dá bem porque viaja direto, conhece lugares, é abrigado e não estuda, coisa que ela afirma que A não gosta, então deduz que não há perigo.

Os quatro meninos, mesmo quando na rua, davam um jeito de saber da família, o que para as mães passa por carinho e afeto com os seus familiares. Nenhuma delas os quer na rua e buscam-nos, reforçando ao filho para que fique em casa.

Todos os meninos tiveram contato com thinner e/ou cola, não houve descrição das mães quanto a outras drogas, se usavam, as mães desconhecem. Apenas uma das mães, colocou-nos que ora pelo filho e leva-o à igreja em busca da palavra de Deus e que mesmo o EP sendo religioso, o vício da rua acaba levando-o de novo.

A situação dos filhos “fazerem” algum dinheiro na rua, não foi sentida por elas, como incorreta, uma vez que pedem ou cuidam de carros, apenas o roubar é descartado. Trabalhar não é pecado. Quanto ao fato de não terem idade para inser-

ção no mercado de trabalho e nem ser aceito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não há clareza das genitoras, pois sabem não ser correto, mas desconhecem ser proibido, porque pobre sempre teve que trabalhar desde cedo.

Culturalmente para essas mães, a óptica da sobrevivência e da manutenção de seus filhos (quando pequenos) é essencial, mas depois de uma certa idade eles já têm que se virar. Elas não os estimulam, mas em seu discurso é reforçado o quão cedo começaram a trabalhar, o quão difícil foi sua vida, que o pai era rígido, que o marido era violento, o quanto batalharam para mantê-los. O garoto desde cedo sente-se impelido à luta pela sobrevivência, amando esta mãe heroína, mas querendo desobrigá-la a cuidá-lo, como se ele próprio já tivesse condições de “se virar”. Como isto não ocorre, pois ainda está em condição peculiar de desenvolvimento, a droga (inalantes) passa a substituir o afeto que ainda é essencial. Mesmo amando e respeitando a figura materna, ele quer “beneficiá-la” sendo uma boca a menos e só aceita voltar quando pode ajudar financeiramente.

8.2 COM OS MENINOS EP, MF, JSS E AMSC

Os quatro garotos têm clareza quanto ao que seja família, a partir de seu próprio referencial, ou seja, responderam sobre sua família e generalizaram para as demais famílias, atendo-se ao grupo familiar a que pertencem.

Quanto a serem parte integrante, mesmo citando-se como membro, houve verbalização em dar apoio, receber apoio, em união, em modelo, em cooperação, sendo preservada a conotação da família como uma representação “idealizada” como membros cooperativos entre si. Mesmo quando uma das figuras principais (pai ou mãe) não era “bom” alguma qualidade foi destacada, principalmente ser “trabalhador” (provedor em um dado período).

Quanto aos valores recebidos, a honestidade foi repassada como característica essencial de quem é humilde, ter respeito às pessoas mais velhas. Estudar é um discurso veiculado (mas não necessariamente apreendido), solidariedade, engajar-se na luta pela sobrevivência desde cedo (aparece em todos os casos). Ideologicamente os “valores” repassados são bons e a sua família esforça-se para mantê-los. As condições materiais impõem-se e o vivido idealizado, cede lugar ao vivido, concreto em sua materialidade. A inserção das famílias destes garotos no meio social, é a própria luta pela sobrevivência.

Nenhum dos garotos, citou ter ido para a rua porque foi mandado pela família. As mães também descreveram as dificuldades sentidas, mas a sra. CM afirmou que teve vezes que acordava os filhos e mandava-os para a rua, porque não tinham nada para comer, era um mal necessário, mas nunca incentivou os filhos para ficarem ou serem de rua. Tentando dar um sentido à sua vida e à de seus filhos, dão ênfase na união familiar. Ser pobre não é vergonha. Já JSS descobriu bons pontos para cuidar de carros e mostrou a mãe, que trazia os irmãos consigo. Mesmo sendo destacados os bons exemplos, alguns valores refletem-se na maneira de ser dos garotos. É como se a família fosse um espelho da sociedade e o garoto na rua, o reflexo desta sociedade que mascara desigualdades sociais, étnicas, etc.

Os legados familiares advêm das relações sociais que são estabelecidas culturalmente. Os seres humanos nascem iguais, com o mesmo potencial cerebral, o que os diferenciará é o aprendizado que ocorrerá no meio cultural. Em cada cultura existem diferentes histórias de vida, que deveriam ser analisadas pela ótica de quem as viveu. No Brasil há uma tendência em naturalizar a família, em rotulá-la de desagregada, se não for a forma tradicional: papai, mamãe e filhinhos. Assim, se a possibilidade de ser uma construção sócio-cultural e portanto passível de transformações.

Se há uma instabilidade econômica e social, as famílias dos quatro meninos entrevistados, buscam estratégias de inserção na tentativa de obter rendimentos, que por vezes são parcos e insuficientes para a manutenção a de seus filhos. Os próprios garotos apreendem que devem tornar-se produtivos desde tenra idade. Tentam freqüentar escola, mas sentem-se deslocados. Não se concentram porque já estão preocupados com o feijão que acabou, o fubá que está no fim, com o gás que, quando acabar, não haverá dinheiro para comprar mais. Sua infância é furtada e mesmo querendo ser criança, é levado a um crescimento quando sente-se responsável pelo que falta em sua casa. Mesmo que a família não lhe cobre isto, ele sente-se impelido a buscar minimizar a problemática e vai para a rua, retornando no início e tornando-se de rua posteriormente, ou seja, o afastamento ocorre à medida que o menino vai realizando vínculos com outros meninos de rua, envolvendo-se com inalantes e, principalmente, com “pessoas que trazem a mesma problemática que a sua”.

Nenhum dos meninos, refuta sua família ou a culpabiliza por ele estar na rua, mesmo porque a conotação de ser/estar na rua é sentida como liberdade exercida, na desobrigação em assistir materialmente sua mãe e irmãos (nenhum deles tem o pai).

Se ele apanhar, se for roubado ou envolver-se em acontecimentos “ilícitos” há uma isenção pessoal, pois na rua as regras adequam-se as necessidades imediatas. Apesar de haver ética em atos/ações praticadas, eles operacionalizam-se coletivamente, portanto as responsabilidades são do grupo ao qual o garoto participa. Já com sua família, se fizer algo errado, os pais (a mãe) poderão responder. Como não podem alterar a dinâmica familiar (ter melhor condição de vida), a opção da sua é mais viável. Isto não quer dizer que os nossos meninos romperam com sua família,

ao contrário, sua saída de casa é como um alívio tensional (é como eles percebem esta questão).

Buscam obter informações de seus familiares e quando podem (e estão bem) visitam-nos. Enfatizam os bons valores que receberam. Sua percepção é de que estando bem, sua família ficará bem.

Quando ouviram os relatos de suas mães, houve emoção latente aflorando e quando nós retomamos com os objetivos propostos, foi verbalizado o quanto suas famílias são importantes em suas vidas e se não estão no momento com elas, o fato de saber que estão continuando a labuta, os impulsiona a voltar em breve ou pelo menos assegura-lhes o orgulho em ter, ser, pertencer a uma família que batalha e faz diferença no mundo.

“Quanto às obrigações morais dos filhos com relação aos pais, os pais que criam e cuidam são merecedores de profunda retribuição, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento desta contrapartida”. (SARTI, 1996, p. 60)

Os exemplos são apreendidos no vivencial, não sendo detectado uma necessidade de superação dos exemplos. Reproduz-se o discurso familiar, mas as necessidades e formas de manterem-se psico-social e economicamente são determinadas pelo subexistir, sendo a alimentação (trazer dinheiro) fator decisivo.

O estudo, o progresso são reforçados por todos os quatro garotos. Ainda que não o façam momentaneamente, verbalizam a intenção de fazê-lo, porque trazem consigo o reforço do discurso familiar em ter uma vida melhor, em ser alguém.

“ O homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é o herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecedem” (LARAIA, 1986, p 46), onde o meio social e as estratégias de sobrevivência dos casos pesquisados são de-

terminantes nas maneiras de ser e sentir a existência e/ou romper com fatos/situações que lhes são inadequadas (manter a família com o mínimo que traz da rua). O menino não percebe como errôneo o “fazer dinheiro”, mas sente-se lesado (inconscientemente) em sua infância e vai sair de sua casa, na tentativa de resgatar-se. Porém, isto o que não ocorre também na rua, pois sua identidade pessoal é suprimida pela coletiva (o grupo faz a socialização também atendendo às necessidades de sobrevivência imediata).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos através do resgate da história de vida, oportunizar ao menino em situação de risco social e pessoal (de rua) que pudesse conhecer, rememorar fatos que fazem parte de si mesmo.

Não temos como garantir se houve ou não uma reflexão, uma superação dos fatos contados, mas o simples fato de ouvir e correlacionar com o presente vivenciado, é um caminho para se auto-perceber como um sujeito que tem uma família e que esta também está inserida na sociedade, pois aconteceram fatos, houve uma história de vida que fez (ocasional) estar assim.

A reelaboração histórica passa pelo real, pelo concreto e não pode mascarar dificuldades vividas e sentidas. O passado aconteceu, o futuro virá, mas é no presente que o menino vive e é hoje que deve relacionar-se com sua família. Se ele quer conhecer-se, tentar superar o risco que vive na atualidade, necessita ter uma posição, uma razão para estar no mundo, para quê e porquê?

A concepção que tem de família, ainda é idealizada, mas é na realidade que convive ou não com seus familiares. Evidenciou-se que o afastamento não rompeu os laços familiares, toda a valoração familiar é positiva. Os meninos não negam sua família, o que eles não aceitam é serem responsáveis (ou sentirem-se assim) por trazer dinheiro para casa. Aceitam que a contribuição deva existir, acatam-na, mas não dão conta da miséria, de tentar quebrar isso, então a rua é onde buscará reaver-se com questões do seu ser em desenvolvimento.

Como a sociedade não consegue ou não quer, por ideologia, respeitar as famílias, o discurso vinculado é o oficial: “desestrutura familiar”. A própria família resente-se em não ser a tradicional e tenta arranjos que não são aceitos. Não conseguindo corresponder aos padrões esperados e não tendo sua estrutura “respeitada”, há uma ruptura na rede familiar e alguns valores passam a ser exercidos em função da manutenção dos membros em sobreviver (não necessariamente com qualidade).

Neste trabalho de pesquisa, não houve relato das famílias, de que entendam ou atribuam à sociedade política vigente à seu sofrimento e as conseqüências de suas misérias e dificuldades. É como se os fatos acontecessem com “naturalidade” e não como conseqüência de estruturas excludentes marginalizantes. O sujeito sente-se vítima, mas não culpa o capitalismo, o desemprego, as faltas de oportunidades, etc. Ele é responsável na medida que não consegue integrar-se ao sistema que é tido como igualitário. À medida que não exerce sua cidadania, que não educa os filhos, que os agride, que os explora as famílias internalizam sua “incapacidade”.

Já os meninos, mesmo não entendendo o que está acontecendo, não aceitam a miséria, a indiferença social e cultural e buscam na rua sentir-se diferenciados, rompendo com a sociedade que não aceita suas famílias e não as respeita. Na rua, ele exime-se de culpas, de responsabilidade, mas não deixa de amar sua família.

Se, concretamente, investisse na “família” sem idealizá-la, mas aceitando sua vulnerabilidade, seria essencial que houvesse uma sociedade que cumprisse coma igualdade social, que oportunizasse justiça social e que cidadania fosse uma realidade e não apenas discurso político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Lídia Aylwin. El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 49. São Paulo : Cortez, 1995.
- DURHAM, Eunice. **A família e reprodução humana**. Rio de Janeiro : Zahar, 1983.
- _____. **A família operária**. Campus, v. 23, n. 2, 1980.
- ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro : Bertand Brasil, 1997.
- LARAIA, Roque. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro : Zahar, 1986.
- PEREIRA, Potyara. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Revista Social e Sociedade** n.48. São Paulo : Cortez, 1995.
- PRADO, Vanda. **O que é família**. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- SARTI, Cynthia. **A família como espelho**. São Paulo : Autores Associados, 1996.